



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

7º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA  
DE PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

E

3º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA  
DE PROCURADOR DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

# PROVA ESCRITA ESPECÍFICA

## CADERNO DE QUESTÕES

### DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

TEMPO DE DURAÇÃO DA PROVA: 06 (seis) HORAS

- Será permitida consulta à legislação brasileira, não-comentada e não-annotada, sendo vedada especificamente a utilização das edições do Código Civil e do Código de Processo Civil anotados pelo Professor Theotônio Negrão.
- Somente serão admitidas referências a outros textos legais, a Exposições de Motivos e a Enunciados das Súmulas de Jurisprudência dos Tribunais, cabendo à Comissão vedar a utilização do material que entender em desacordo com esta norma.
- Admitem-se livros de legislação que tragam mera referência à decisão de declaração de inconstitucionalidade de normas. Não será permitida, no entanto, a consulta a livros que mencionem fundamentos da decisão.
- Será vedada a utilização de material de consulta que contenha folhas ou trechos com anotações ou comentários de qualquer natureza.
- Não será admitida consulta à legislação estrangeira.
- Não será permitido o uso de qualquer processo eletrônico de consulta à legislação ou de aparelhos que permitam aos candidatos qualquer tipo de comunicação de voz ou de dados, como celulares, rádios e similares, nem de líquido corretor, caneta tinteiro, hidrográfica ou fluorescente.
- O descumprimento das normas acarretará a exclusão do candidato, na forma do artigo 19 do Regulamento do Concurso.

Rio de Janeiro, 03/09/2011.



## Prova de Direito Financeiro e Tributário

### 1ª Questão (20 pontos)

À luz do ordenamento jurídico brasileiro, o Poder Executivo pode, na execução orçamentária, deixar de realizar despesa pública prevista na Lei Orçamentária Anual?

Fundamente a sua resposta.

### 2ª Questão (20 pontos)

Disserte sobre o equilíbrio orçamentário, versando obrigatoriamente sobre sua dimensão normativa e acatamento nos ordenamentos brasileiro e internacional.

### 3ª Questão (15 pontos)

A fabricante de cervejas, Indústria de Bebidas Chopin Ltda., que goza de excelente conceito no mercado de bebidas alcoólicas, encomenda à multinacional instalada no Estado do Rio de Janeiro, Adesivos Universal S. A., a confecção de 2 milhões de rótulos, indicativos das características da bebida que produz, destinados à colocação nas garrafas da bebida vendida a seus consumidores.

Em ato de fiscalização, a autoridade estadual, entendendo tratar-se de venda de mercadoria, visto que, flagrantemente, a Adesivos Universal entrega à indústria de bebidas os rótulos encomendados, autua a fornecedora por falta de recolhimento do ICMS devido. Segundo o Auditor-Fiscal, está perfeitamente configurada a ocorrência do fato gerador do imposto estadual.

O contribuinte, não se conformando, impugna a exigência, alegando não se verificar, no caso específico, uma venda, em sentido próprio, mas, sim, a prestação de serviços, ainda que, para realização do negócio, a multinacional faça entrega, ao encomendante, do material impresso.

Pede-se a emissão de parecer sobre a exigência feita pelo Estado, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, já assentada, sobre o assunto.



## Prova de Direito Financeiro e Tributário

### 4ª Questão (15 pontos)

A empresa Capivara Participações e Empreendimentos Ltda., ajuizou ação visando a anular lançamento do imposto previsto no art. 156, *caput*, II, da Constituição Federal, incidente sobre aquisição de imóvel decorrente de incorporação em realização de capital, realizada quando da criação da sociedade, em 03 de dezembro de 2003.

Sustentava a autora, em resumo:

(1º) que a referida aquisição gozava de isenção tributária, nos termos do disposto no art. 156, § 2º, I, da Constituição Federal reconhecida por despacho da autoridade municipal competente, não podendo ser revogada retroativamente, sem ofensa ao direito adquirido;

(2º) que o lançamento do tributo fora efetuado em 01 de dezembro de 2009, após transcorrido o prazo decadência;

(3º) que, no período de apuração, sua atividade não fora preponderantemente de compra e venda de bens ou direitos, locação de imóveis ou arrendamento mercantil, pois não exercera quaisquer atividades, imobiliárias ou não; assim, uma vez que as leis que dispõem sobre isenções tributárias devam ser interpretadas restritivamente (CTN, art. 111, II), não se pode equiparar o não exercício de quaisquer atividades e o exercício das atividades que afastam o benefício fiscal.

Que argumento você oporia à empresa, em contestação, como Procurador do Município?

Justifique suas respostas.



## Prova de Direito Financeiro e Tributário

### 5ª Questão (15 pontos)

A sociedade XPTO Ltda., estabelecida no Município do Rio de Janeiro, recolheu a este o ISS no período de 1º de janeiro de 2004 a 31 de dezembro de 2010, por força de serviços prestados a fundo de investimento sediado no exterior. Os serviços prestados abrangeram fundamentalmente a análise mercadológica de determinado seguimento industrial do país, para fins de tomada de decisão de investimento, ou não, pelo fundo tomador dos serviços. Os pagamentos se deram em conta bancária mantida no exterior pela empresa prestadora. A empresa ajuíza em 30 de junho de 2011 uma ação de repetição do indébito em face do Município, alegando tratar-se de exportação de serviços, hipótese de não incidência prevista em lei e na Constituição Federal. Por se tratar de tributo lançado por homologação, é pleiteada a devolução integral dos valores recolhidos, corrigidos monetariamente e acrescidos dos juros de mora desde os recolhimentos tidos por indevidos.

Sumarize em itens os argumentos de defesa do Município, fundamentado.

### 6ª Questão (15 pontos)

O Prefeito pretende instituir a progressividade no ITBI. Consultado, na qualidade de Procurador do Município, manifeste-se sobre tal possibilidade, analisando criticamente os argumentos favoráveis e desfavoráveis.